



,

O FUTURO É AGORA!

NÓS O PROJETAMOS PRA VOCÊ!

Lei 14.300
Entenda como funciona

Infinity Soluções - CNPJ: 07.842.596/0001-16 (22) 99730-9080 | (22) 99946-0075 www.infinitysolucoes.eng.br

PRINCIPAIS DISPOSITIVOS DA

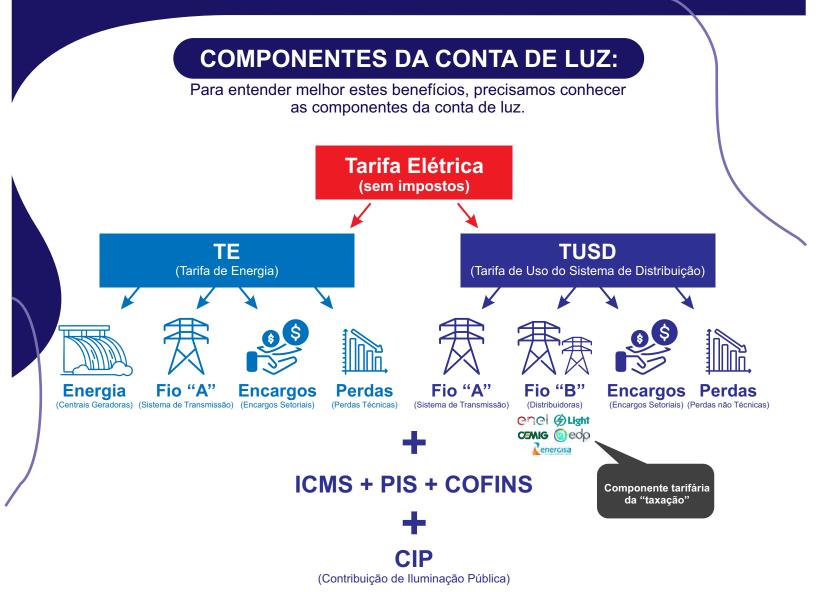
LEI 14.300/2022

MARCO LEGAL DA MICRO E MINI GERAÇÃO DISTRIBUÍDA (GD)

Em janeiro de 2022 foi sancionada a Lei nº 14.300, surgindo o marco legal da Micro e Mini Geração Distribuída no Brasil, resultando em: maior segurança jurídica, melhor alocação de custos e manutenção de benefícios para o desenvolvimento da atividade.

DESTAQUES DA LEI

- + Confere segurança jurídica para o mercado;
- + Oficializa o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE);
- ♣ Garantiu o direito adquirido dos benefícios que existiam até 2045 para unidades consumidoras que solicitaram o projeto de geração de energia até 06/01/2023;
- ♣ Criou um período de transição até 2029 para a redução de subsídios, na qual haverá uma "taxação" que está substituindo o custo de disponibilidade (taxa mínima);
- + Foram criadas novas modalidades de Geração Compartilhada;
- + Possibilidade da criação simultânea de uma nova unidade consumidora ou aumento de carga já com Geração Distribuída;
- Clareza jurídica para o tema de clientes do Grupo A que sejam optantes tarifários do Grupo B com Geração Distribuída;
- ♣ Aplicação da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSDg) para grandes usinas, reduzindo drasticamente os custos de Demanda Contratada de Geração;
- + Possibilidade da distribuição de créditos por ordem de prioridade ou porcentagem.



CENÁRIO DE COBRANÇA ANTES DA LEI 14.300 (06/01/2023)



CENÁRIO DE COBRANÇA APÓS A LEI 14.300

Com a nova "taxação" terá a cobrança da componente tarifária "Fio B", que em cada concessionária de energia possui um valor diferente, e assim o consumidor irá pagar o Custo de Disponibilidade + "Fio B" + CIP + ICMS na TUSD (nos estados que fazem a cobrança).

O artigo 27 da lei diz:

"Art. 27. O faturamento de energia das unidades participantes do SCEE não abrangidas pelo art.26 desta Lei deve considerar a incidência sobre toda a energia elétrica ativa compensada dos seguintes percentuais das componentes tarifárias relativas à remuneração dos ativos do serviço de distribuição, à quota de reintegração regulatória (depreciação) dos ativos de distribuição e ao custo de operação e manutenção do serviço de distribuição:

Significado do

"Fio B"

I - 15% (quinze por cento) a partir de 2023;

II - 30% (trinta por cento) a partir de 2024;

III - 45% (quarenta e cinco por cento) a partir de 2025;

IV - 60% (sessenta por cento) a partir de 2026;

V - 75% (setenta e cinco por cento) a partir de 2027;

VI - 90% (noventa por cento) a partir de 2028;

VII - a regra disposta no art. 17 desta Lei a partir de 2029."

A tabela abaixo demonstra o cenário de transição nas concessionárias ENEL e LIGHT:

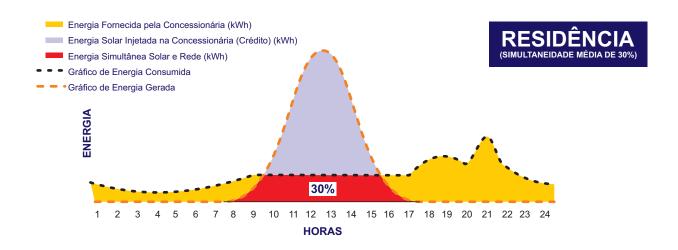
Infinity Soluções		"Fio B" vigente = R\$0,35236@\@	"Fio B" vigente = R\$0,21038 Light
Ano de Transição	% do "Fio B"	A cada 100 kWh injetados na rede que o consumidor utilizar, irá pagar em R\$:	
2023	15%	-	-
2024	30%	•	•
2025	45%	R\$15,85	R\$9,46
2026	60%	R\$21,14	R\$12,62
2027	75%	R\$26,42	R\$15,78
2028	90%	R\$31,71	R\$18,93
2029	Nova Regra*		

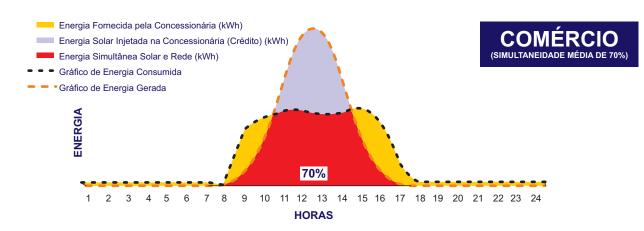
^{*} O encontro de contas da ANEEL com o CNPE, conforme Artigo 17 da Lei 14.300, ainda não foi realizado e está em atraso. A ANEEL informou em Audiência Pública que até o final de 2025 será concluído o encontro de contas.

CENÁRIO DE COBRANÇA APÓS A LEI 14.300

Conforme a tabela acima, foi demonstrado a quantidade de créditos de energia que os consumidores receberão a cada 100kWh injetados (excedente de energia gerada durante o período de sol) na rede da concessionária, ou seja, a "taxação" **NÃO** acontecerá na **Energia Simultânea** (energia consumida no mesmo horário da geração solar). Portanto, o Fator de Simultaneidade é determinante para saber a taxa mínima, e então, em alguns perfis de consumidores a "taxação" ocorrerá em uma pequena parcela de energia, já para outros uma maior parcela.

Realizamos dois gráficos abaixo para dois tipos de consumidores (residência e comércio), para explicar o que é a Energia Simultânea:





Importante ressaltar que os consumidores do Grupo A ficam isentos da "taxação" no consumo do Horário Fora Ponta, pois não existe a componente tarifária "Fio B" (o "Fio B" destes consumidores está na Demanda Contratada). A "taxação" ocorrerá apenas no Horário Ponta.



Maiores informações: